

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de S. Paulo Class.: 11

Data: 13/05/79 Pg.: 39

Aracruz: ocupação da área é 'ilegítima'

Dos correspondentes

O advogado Ewerton Montenegro Guimarães, indicado pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória para defender os guaranis e remanescentes dos tupiniquins que reivindicam a posse de terras atualmente em poder da multinacional Aracruz Celulose, disse ontem que "eles não invadiram propriedade de ninguém como quer fazer crer essa empresa através de nota oficial em que afirma ser do seu patrimônio uma floresta nativa reocupada por eles". Segundo Ewerton "os índios são os donos das terras por justo título de doação pelo Império, exercendo uma posse secular mansa e pacificamente sem a oposição de ninguém até o início da década de 60, quando chegou à região a Aracruz Florestal, que depois se transformaria numa subsidiária da Aracruz Celulose".

"Não existindo possibilidade de aquisição de propriedade legada por doação aos índios", acrescentou o advogado, "uma vez que esse ato não pode ser

alterado e tem caráter irrevogável, qualquer outro título de propriedade posterior veio à luz com o estigma da ilegitimidade e será, portanto, um documento judicialmente nulo".

Para Ewerton, se a Aracruz adquiriu terras indígenas ao governo do Espírito Santo, o ato de aquisição está atingindo pela nulidade, que ele vai requerer em juízo. O advogado também considerou "ridícula" a declaração da empresa de que a floresta, fazendo parte de sua política de defesa do meio ambiente, está agora ameaçada de depredação pelos índios. "A ação do índio — ressaltou — sempre foi voltada para a preservação da natureza. Os verdadeiros depredadores sempre foram os civilizados e o melhor exemplo disso é a própria Aracruz, que arrasou matas nativas conservadas durante séculos pelos índios, para erguer os eucaliptais que atualmente alimentam sua fábrica de celulose".

O processo de tomada dos 40 mil hectares de terras dos tupiniquins teve seu desfecho final a partir da década de 40,

com a concessão de 10 mil hectares pelo Estado à Companhia Ferro e Aço de Vitória — Cofavi, que precisava extrair madeira para fabricar carvão. Com isto, abriu-se caminho para a penetração de grande número de famílias de posseiros numa região ocupada pelos tupiniquins e seus descendentes desde o descobrimento do País.

CIMI APOIA

Ao manifestar ontem, em Goiânia, seu apoio "à luta dos tupiniquins e guaranis pela retomada de suas terras", o presidente do Conselho Missionário Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino, lembrou que a "história da agressão da Aracruz aos índios é bastante conhecida, não apenas pelo roubo das terras indígenas, como também, pela poluição do rio de onde os índios tiram seu sustento, com a descarga venenosa dos resíduos industriais da celulose". D. Tomás Balduino pede, ainda, a intervenção da Funai, que, "com seu poder de polícia, deve garantir a retomada das terras".